

Este livro, resultado do 8º Encontro Regional Sul de História da Mídia, é uma potente coletânea de trabalhos sobre os campos da Comunicação, da Memória e da História. É um presente de aniversário para esta jovem Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia (Alcar), que acabou de completar duas décadas, em 2021. Nem a dor e a tristeza da maior crise sanitária do Brasil conseguiram impedir que esses pesquisadores, professores, profissionais, técnicos e alunos cumprissem o compromisso com a produção de conhecimento de qualidade, o que é não apenas dever, mas obrigação, em um país onde tão poucos conseguem ter acesso ao Ensino Superior, e onde tantos desacreditaram a Ciência, nos últimos anos.

Christina Ferraz Musse, no Prefácio

Organizadores (as) por Grupos de Trabalho

GT História do Jornalismo | James Dadam e Rosémeri Laurindo

GT História da Mídia Impressa | Daiane Bertasso e Juliana Gobbi Betti

GT Historiografia da Mídia | Melina Ayres e Ingrid Assis

GT História da Mídia Alternativa | Juliana Salbego e Fernanda Nascimento

GT História da Mídia Sonora | Vera Raddatz e Karina Wohel de Farias

GT História das Mídias Audiovisuais | Ariane Pereira e Cristiane Finger

GT História da Mídia Visual | Flavia Guidotti e Marcelo Barcelos

GT História da Mídia Digital | Roberta Roos Thier e Vivian Belochio

GT História da Publicidade e das Relações Públicas | Flavi Ferreira Lisboa Filho
e Luciomar Carvalho

Autores (as)

Ada C. Machado da Silveira
Alexia Saner Silva
Alvaro Bufarah Junior
Ana Carolina Campos de Oliveira
Ana Flávia Mazzucco Guidi
Ana Paula Dessupoio Chaves
Andrea Maio Ortigara
Andréia Silveira Athaydes
Andressa Silva Rodrigues
Anna Clara Pereira Machado
Antonio Hofheldt
Ariane Carla Pereira
Arnaldo Zimmermann
Beatriz Castro Mota
Beatriz Formanski
Bruna José Fontoura
Camila Hartmann
Carla Baldutti Rodrigues
Cárlida Emerim
Carolina Minuzzi
Caroline Westerkamp Costa
Catarina Maria Amorim
Christina Ferraz Musse
Ciro Augusto Francisconi Götz
Cláudia de Albuquerque Thomé
Claudia Irene Quadros
Cláudia Nandi Formentin
Cláudia Peixoto de Moura
Débora Alves Pereira Cabrita
Deborah Pinto
Dominique Nobre Silva
Doris Fagundes Haussen
Élida Vaz
Elisa Lubeck
Émerson dos Santos Chaves Filho
Eugenia Mariano da Rocha Barichello
Fabio Frá Fernandes
Felipe Collar Berni
Fernanda Sagrilo Andres
Filipe Wesley Gomes do Lago
Flavi Ferreira Lisboa Filho
Flávia de Almeida Moura
Gabriel Lopes Witiuk

Gabriel Pinheiro Bolzan
Gabriela Schander
Gersika do Nascimento Bezerra
Gonçalo de Almeida Augusto
Guilherme Oliveira Curi
Gutemberg Alves Geraldês Júnior
Ingrid Bomfim Gonçalves
Ingrid Pereira de Assis
Izani Mustafá
Jeyciane Elizabeth Sá Santos
João Gabriel Xavier Marques
João Pedro Ribas da Silva,
José Antonio Meira da Rocha
José Jullian Gomes de Souza
Juliana Campos Lobo
Juliana Freire Bezerra
Juliana Petermann
Juliana Zanini Salbego
Karen Cristina Kraemer Abreu
Karina Janz Woiłowicz
Karina Woehl de Farias
Kennya Severiano de Sousa
Klaymara Karen da Silva
Lana D'Ávila Campanella
Larissa Conceição dos Santos
Leandra Cruber Teixeira
Letícia Conceição Martins Cardoso
Lídia Gabriella Rodrigues
Lucas Monteiro Pullin
Lucas Schuch
Luciomar de Carvalho
Luis David Padilha
Luiz Artur Ferraretto
Mafalda Luisa Madeira Mendes,
Maiara Rodrigues da Silveira
Manuella Noschang Lopes da Silva
Marcelo da Silva Rocha
Marcelo Esperança Xavier
Márcia Regina dos Santos Batista
Marco Aurelio Reis
Maria Beatriz Lopes Saraiva
Maria Berenice
Maria Cristina Gobbi

Maria Eduarda Neves
Maria Eduarda Salino Pedroso
Maria Inês Esteves Ferreira,
Maria Sarmento Rebelo Veloso Martins
Mariana Barbosa
Mariane Nava
Marina Alves de Oliveira
Marina Lisboa Emlinotti
Marislei Ribeiro
Matheus Lobo Pismel
Melina de Barrera Ayres
Micael Silva
Michele Kapp Trevisan
Michele Negrini
Monique Ryba Portela
Nayane de Brito
Paloma da Silveira Fleck
Paulo Eduardo Cajazeira,
Paulo Henrique Rodrigues de Souza
Paulo José Mueller
Paulo Roberto Santhias
Rafael Giovanni Venuto
Rafael José Bona
Renata Patrícia Corrêa Coutinho
Ricardo Agostinho
Rita de Cássia Romeiro Paulino
Roseane Arcanjo Pinheiro
Sabrina Silva de Almeida
Susana Azevedo Reis
Tais Steffenello Ghisleni
Tassiana Souza da Silva
Tatiane Karina Barbosa de Queiroz
Thalita Neves Serra
Thiago Bastos
Thyago Vinícius Costa
Valci Regina Mousquer Zuculoto
Vanessa Coutinho Martins
Vângela Maria Isidoro de Moraes
Vera Lucia Spacil Raddatz
Vinícius Zuanazzi
Vivian Belochio
Welbert de Sousa Queiroz

COMUNICAÇÃO E A HISTORICIDADE DAS CRISES NA HISTÓRIA DA MÍDIA NO SUL DO BRASIL

**Cárlida Emerim, Luciano Klöckner,
Valci Zuculoto, Rita Paulino e Vera Raddatz (orgs.)**

Florianópolis

EDITORA  INSULAR

2021

COMUNICAÇÃO E A HISTORICIDADE DAS CRISES NA HISTÓRIA DA MÍDIA NO SUL DO BRASIL

© 2021, Alcar – Rede Alfredo de Carvalho

ORGANIZADORES (AS) | Cártila Emerim, Luciano Klöckner,
Valci Zuculoto, Rita Paulino e Vera Raddatz

EDIÇÃO | Luciano Klöckner e Vera Raddatz

EDITOR | Nelson Rolim de Moura

CAPA E DIREÇÃO DE ARTE | Estúdio Insular

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo, SP)

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Pedro Anizio Gomes - CRB-8 8846

E53c

Emerim, Cártila et al.

Comunicação e a historicidade das crises na história da mídia no sul do Brasil / Organizadores: Cártila Emerim, Luciano Klöckner, Valci Zuculoto, Rita Paulino e Vera Raddatz. – 1. ed. – Florianópolis, SC : Editora Insular, 2021.

E-book: 36,5 Mb; PDF.

ISBN 978-85-524-0221-3.

1. ALCAR. 2. Comunicação. 3. Jornalismo. 4. Historicidade das Crises. 5. História da Mídia. 6. Publicidade. 7. Relações Públicas. I. Título. II. Assunto. III. Organizadores.

CDU 070.4

21-30281246

CDU 070

ÍNDICE PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO

1. Jornalismo.
2. Jornalismo (Imprensa)

COMUNICAÇÃO E A HISTORICIDADE DAS CRISES NA HISTÓRIA DA MÍDIA NO SUL DO BRASIL

EMERIM, Cártila et al. Comunicação e a historicidade das crises na história da mídia no sul do Brasil. 1. ed. Florianópolis, SC: Editora insular, 2021. E-book (PDF: 36,5 Mb). ISBN 978-85-524-0221-3.

Editora Insular

(48) 3334-2729
editora@insular.com.br
twitter.com/EditoralInsular
www.insular.com.br
facebook.com/EditoralInsular

Insular Livros

Rua Antonio Carlos Ferreira, 537
Bairro Agronômica
Florianópolis/SC – CEP 88025-210
(48) 3334-2729
insularlivros@gmail.com

28. Leonel Brizola e a cassação da outorga da Rádio Mayrink Veiga: uma reconstrução histórica com base na imprensa da época

*Paloma da Silveira Fleck*²³⁵

*Luiz Artur Ferraretto*²³⁶

Em 3 de novembro de 1965, calaram-se os microfones da Rádio Mayrink Veiga, do Rio de Janeiro. No ano anterior, o presidente João Goulart havia sido derrubado por um movimento civil-militar que colocou no poder o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, iniciando o período de exceção só encerrado 20 anos depois, com a eleição indireta de Tancredo Neves. Nos anos 1960, ao se aproximar do político gaúcho Leonel de Moura Brizola – e não mais administrada pela família Mayrink Veiga – a rádio carioca tornou-se protagonista da disputa política em torno do golpe de 1964.

A hegemonia que a Rádio Mayrink vivenciou nos anos 1930, com programas de variedades e um elenco de estrelas da música, fora perdida ainda na década de 1940, após a Rádio Nacional ser

235 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. Integra o Núcleo de Estudos de Rádio, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NER). E-mail: fleckpaloma@gmail.com.

236 Doutor em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mesma instituição em que atua como professor do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Coordena o Núcleo de Estudos de Rádio, grupo de pesquisa certificado pela UFRGS junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: luiz.ferraretto@ufrgs.br.

encampada pelo governo de Getúlio Vargas e assumir a liderança do mercado. Como concorrente, a Nacional contratou, em 1948, um dos principais profissionais da história da Mayrink, o locutor César Ladeira, responsável pela estruturação da programação em seu período hegemônico. Outros importantes artistas que faziam parte do **casting** da Mayrink também migraram para a Nacional no final dos anos 1940, como Carlos Galhardo, Odete Amaral, Genolino Amado e Ciro Monteiro. Apesar de esforços para voltar ao topo da preferência do público – com a mudança na programação e a tentativa de fundar um canal de televisão –, a Mayrink não conseguiu mais chegar ao sucesso de antes e encarou crises que fizeram com que suas ações fossem vendidas para outros grupos comunicacionais – entre eles, o de Miguel Leuzzi, político que adquiriu a emissora nos anos 1960 e mudou a característica de programação para uma rádio político-partidária, liderada por Leonel Brizola, o que levou à cassação da outorga no início da Ditadura Militar.

Segundo Leite Filho (2008, p. 251-252), inicialmente, Brizola transmitia na Mayrink um programa todas as sextas-feiras – semelhante ao horário pago que mantivera na Farroupilha, quando governador do Rio Grande do Sul. Começava às 21h30 e entrava pela madrugada. Ao microfone, Brizola procurava ser didático, muitas vezes com bom humor, ao explicar problemas intrincados da economia e da política (LEITE FILHO, 2008, p. 252). Antes mesmo da atuação na Mayrink Veiga, o político gaúcho fazia questão de se dizer um homem de rádio. “Não um radialista profissional, que nunca foi. E sim um líder que se utilizava do rádio como o melhor veículo para fazer chegar sua mensagem ao povo” (LEITE FILHO, 2008, p. 96).

Um dos principais episódios de Brizola com o rádio foi a Rede da Legalidade. Com a renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961, e a crise institucional em torno da posse do vice-presidente

João Goulart, Brizola recorreu às ondas hertzianas para articular a resistência política para que fosse cumprida a Constituição de 1946. No dia 27 de agosto, as emissoras Gaúcha e Farroupilha divulgaram um manifesto do marechal Teixeira Lott, defendendo a legalidade, o que fez com que o Ministério da Guerra determinasse o fechamento das duas, cujos transmissores foram lacrados (FERRARETTO, 2007a, p. 145). O então governador gaúcho decidiu encampar a Guaíba, que não havia transmitido o manifesto e, por isso, seguia no ar. A emissora de Breno Caldas passou a funcionar no porão do Palácio Piratini. Ao longo da crise, Farroupilha e Gaúcha voltaram a operar e, como uma centena de outras emissoras, passaram a integrar a Rede da Legalidade (FERRARETTO, 2007, p. 146). A articulação foi bem-sucedida e Jango assumiu o Executivo federal.

No final de 1963, o Brasil continuava enfrentando uma forte crise política, traçada pela oposição ao projeto nacionalista de Jango. Utilizando-se da Mayrink Veiga, Brizola recriou uma cadeia de resistência: a Rede do Esclarecimento, pela qual combatia as forças que levariam o país ao regime militar de 1964-1985. Frente à derrubada de João Goulart, Brizola tentou, de Porto Alegre, uma mobilização como a de 1961. Na madrugada do dia 31 de março de 1964, o político gaúcho telefonou para o deputado federal do Partido Socialista Brasileiro Max José da Costa Santos, uma das lideranças da Frente de Mobilização Popular, dando ordens a respeito da utilização da Mayrink Veiga – comunicação ouvida e relatada por Sebastião Nery (apud FERRARETTO, 2007b, p. 127):

Vamos resistir! Como em 61, vamos resistir de qualquer maneira! Isso é um golpe dos interesses norte-americanos com tropas brasileiras. O Jango está hesitando, mas a UDN vai querer fazer agora o que Vargas impediu em 54 com o suicídio. Temos que

jogar tudo. Aqui no Rio Grande, vou marchar com o povo e ocupar o governo. É preciso segurar o Lacerda aí. Vão para a Rádio Mayrink Veiga. O Miguel Leuzzi está sem querer fazer de novo a Cadeia da Legalidade, mas temos que por no ar, imediatamente, pela nossa Mayrink. (NERY apud FERRARETTO 2007b, p. 127).

Sob a direção do jornalista João Cândido Maia Neto, a Mayrink Veiga tentou fazer frente às irradiações dos golpistas, provenientes de Belo Horizonte e de São Paulo (FERRARETTO, 2007b, p. 127). Em 1º de abril de 1964, o exército ocupou a emissora e suspendeu as transmissões – que voltariam três dias depois, sob censura e restruturadas pelo governo militar.

Em 28 de julho de 1965, o governo decidiu fechar a Mayrink, sob a alegação de que a transferência das ações para o grupo de Miguel Leuzzi infringia a lei, uma vez que a concessão de transmissão havia sido dada por Getúlio Vargas na década de 1930 para a família Mayrink Veiga como sócia majoritária. A denúncia aconteceu em 1962, porque Roberto Marinho estava interessado na posição do dial da Mayrink para implantar a Rádio Globo. Por meio do Conselho Nacional de Telecomunicações (Contel), a Mayrink conseguiu recorrer da decisão governamental e voltou ao ar oito dias depois, de forma provisória, por mais três meses, irradiando pela última vez em 3 de novembro de 1965.

O foco de estudo deste trabalho, portanto, são os fatores que levaram ao declínio da Rádio Mayrink Veiga nas últimas duas décadas, de meados de 1940 até 1965. Procurou-se resposta em periódicos de época por se entender que são registros de fatos históricos e uma importante fonte de recuperação de dados, os quais não poderiam ser localizados de outra maneira. Cabe observar que a Mayrink teve sua outorga cassada por motivos políticos durante ditadura militar, sofrendo um processo denominado por Nascimento (2002, p. 139)

como de “destruição massiva” de seus arquivos. Portanto, objetiva-se apresentar um mapeamento desses achados e relacioná-los ao contexto de época.

Metodologia

A metodologia fundamentou-se na pesquisa bibliográfica, a fim de estudar o que já havia sido escrito sobre a Mayrink Veiga, e na análise documental, considerando-se como tal – pela especificidade dos objetivos – os periódicos. A revisão de publicações impressas em jornais deu-se por meio de pesquisa junto à Hemeroteca Digital Brasileira²³⁷. Mantido pela Biblioteca Nacional, o acervo on-line de periódicos e documentos escaneados facilita o acesso a informações, permitindo a indicação de palavras-chave. O mecanismo oferece opções de busca por periódico, por região/local da publicação e por período. Esse último foi o método utilizado para esta pesquisa. O levantamento concentrou-se em jornais e revistas de 1940 até 1965, usando uma combinação dos termos “rádio”, “estação”, “Mayrink Veiga”, “Miguel Leuzzi” e “Leonel Brizola”, além do nome de programas e profissionais da emissora.

O passo anterior às buscas pelos documentos foi a realização de um levantamento bibliográfico sobre a história do rádio, a fim de conhecer os dados já existentes sobre o assunto, principalmente no período de foco deste estudo. Segundo Ida Regina C. Stumpf (2005, p. 52), a consulta à literatura pertinente é uma atividade que acompanha o investigador ao mesmo tempo em que orienta o caminho que deve ser

237 Serviço pode ser acessado no endereço: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

seguido. Na fase de coleta de dados na Hemeroteca Digital, a revisão da literatura auxiliou no entendimento do contexto histórico dos achados, ajudando a interpretar e explicar alguns dados localizados. Da pesquisa bibliográfica, passou-se à documental, quanto os resultados encontrados nos veículos impressos que correspondiam ao interesse da pesquisa foram coletados, sistematizados cronologicamente e contextualizados.

O fim da hegemonia e o declínio com a saída de César Ladeira

A Mayrink dominava o cenário radiofônico nos anos 1930, mas essa hegemonia fora perdida em 1940, quando a Rádio Nacional “começava a sua escalada rumo à liderança de audiência” (FERRARETTO, 2007a, p. 113). Conforme Sônia Virgínia Moreira (1991, p. 24), o quadro até então predominante na área da publicidade radiofônica foi alterado em março de 1940, quando a Nacional foi estatizada pelo governo de Getúlio Vargas: “[...] transformada em empresa estatal, mas com o direito de continuar a veicular anúncios, a Nacional inicia, assim, sua trajetória como líder de audiência” (MOREIRA, 1991, p. 24).

Em novembro de 1948, César Ladeira, um dos principais nomes dos tempos áureos da Mayrink, se transferiu para a Rádio Nacional. Notícias e boatos sobre essa mudança do diretor artístico da Mayrink para a concorrente haviam sido abordadas e desmentidas em jornais da época praticamente o ano inteiro. Ladeira ficou parte do ano afastado da Mayrink por conta de viagens para os Estados Unidos e Europa, o que fomentava a possibilidade de que não voltaria aos microfones da emissora onde estava por 15 anos. A estreia de Ladeira nos microfones da Rádio Nacional aconteceu na noite de 6 de dezembro de 1948.

Em outubro de 1948, portanto ainda antes da transferência oficial de Ladeira, a Mayrink havia sido apontada, em uma crítica no jornal Diário de Notícias (out. 1948, p. 8), como uma emissora com “velhos e decepcionados ouvintes”, que somente acompanhavam a rádio em função da sua tradição, e que sua programação não era mais satisfatória em comparação com as coirmãs do Rio de Janeiro, como Tupi e Rádio Nacional. Em 1949, o mesmo jornal apontou que a Mayrink Veiga era uma emissora em decadência:

Voltando alguns anos passados, é fácil lembrar o prestígio da PRA-9, seus programas variados e os artistas brilhantes que compunham seu **cast** [...]. Aos poucos a Mayrink Veiga foi perdendo ouvintes. Os programas já não exibiam a mesma variedade. A estação deixou de ser discutida [...]. De qualquer maneira, é de se lamentar o que está acontecendo com a Mayrink. A emissora é simpática e dispõe de bons recursos técnicos. Falta-lhe, talvez, uma diretriz mais voltada aos problemas da radiodifusão moderna. O que se vê, no rádio carioca, indica que os programas para auditório estão influenciando na popularidade das estações, pela farta distribuição de prêmios. Dinheiro chama dinheiro, assim dizem. Mais louvável seria, porém, que a PRA-9 não procurasse melhor destino aderindo ao falso rádio, que é o rádio para auditório. Renovar os programas, chamar bons artistas e locutores sim. O colega [Alziro] Zarur tem razão: renovar ou morrer... Vida para a Mayrink, são os votos dos antigos apreciadores da conceituada emissora. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, jan. 1949. p. 8).

Recuperar o prestígio e se renovar parecia ser palavra de ordem na emissora. Novos autores e artistas foram contratados, como Mario Lago

e Nelson Gonçalves, mas, conforme a revista *Fon-Fon*, “tudo permaneceu como antes, o mal era mesmo de natureza mais grave” (FON-FON, jun. 1949. p. 44). Em 1957, as Organizações Victor Costa, do ex-diretor da Nacional, faziam planos para montar a estação de televisão da Mayrink Veiga. Conforme Sonia Virgínia Moreira (1998, p. 62), Victor Costa havia comprado, no final dos anos 1940, uma parcela de ações da Rádio Mayrink. O esboço da nova emissora de TV era majestoso: os estúdios ficariam na Lagoa Rodrigo de Freitas, como um “porta-aviões”, e o local contaria também com um teatro, piscina, **playground** e restaurantes (DIÁRIO CARIOCA, jun. 1957, p. 1). O projeto não teve futuro e Victor Costa adoeceu e faleceu em 1959. Mas esta não teria sido a única tentativa da Mayrink de implantar um canal de TV. Anos antes, em 1948, César Ladeira, que ainda estava no comando da emissora, fundou a sociedade Rádio Televisão do Brasil S.A. e, em viagens para os Estados Unidos e Europa, comprou equipamentos para a instalação de uma estação de televisão ligada à Mayrink. O projeto não saiu do papel e, em janeiro de 1952, César Ladeira e seu sócio, José Sampaio Freire, foram acusados de fraude por um acionista. Conforme noticiado no *Diário da Noite* (26 jan. 1952, p. 2), os dois foram denunciados por gastarem 15% do capital da sociedade, enquanto a lei autorizava gastos de até 10%. No mês seguinte, o presidente Getúlio Vargas assinou decreto considerando caduca a concessão outorgada à Rádio Televisão do Brasil. Já o empresário Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello, dos Diários e Emissoras Associadas, que comprou as ações da *Mayrink* pertencentes à Organização Victor Costa, foi quem mais perto chegou da implantação da TV Mayrink. A emissora chegou a ir ao ar, de forma experimental, em 1960. Conforme o *Jornal dos Sports* (jul. 1960, p. 2), a estação da Mayrink transmitiu pela primeira vez em 28 de julho de 1960, uma quinta-feira. Os estúdios ficavam no mesmo prédio da TV Tupi do Rio de Janeiro, sendo a segunda televisão dos Associados do estado

fluminense. A TV Mayrink Veiga ocupava o canal 2 e era administrada por Paulo Cabral e João Calmon (JORNAL DO BRASIL, dez. 1960, p. 3). Em 1961, a emissora transmitia filmes, ainda em caráter experimental. Em 1963, o canal 2 passou a pertencer à TV Excelsior, o que pôs fim à tentativa da Mayrink de ter uma emissora de televisão.

O envolvimento de Leonel Brizola com a Mayrink Veiga

A Rádio Mayrink Veiga torna-se, nos anos 1960, uma das mais engajadas politicamente. Esta mudança de papel editorial começou em 1962, quando a parcela restante das ações da rádio foi vendida pelo herdeiro Antenor Mayrink Veiga para o grupo de Miguel Leuzzi²³⁸ (MOREIRA, 1998, p. 62). Conforme Moreira (1998, p. 62), Leuzzi já era proprietário de uma rede de emissoras no interior do estado de São Paulo. A partir de 1962, a Rádio Mayrink Veiga passou a dividir com a Rádio Piratininga (ex-Cruzeiro do Sul) o comando desta cadeia radiofônica que possuía mais 37 emissoras.

Ainda conforme Moreira (1998, p. 62), para complementar a nova linha editorial da rádio foi contratado o repórter e apresentador Raimundo Nobre de Almeida, que até então apresentava na Rádio Mauá – emissora oficial do Ministério do Trabalho²³⁹ – o programa

238 Miguel Leuzzi foi deputado federal por São Paulo, de 1958 a 1962, pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN). Em 1962, candidatou-se a uma suplência no Senado, pela coligação formada pelo Partido Social Democrático (PSD), Partido de Representação Popular (PRP) e Partido Social Progressista (PSP), não obtendo sucesso. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, [s.d.]).

239 Criada em 7 de setembro de 1944, a partir da encampação da Rádio Ipanema, que era de propriedade de alemães e foi confiscada no momento em que o Brasil aderira ao bloco de países aliados que se encontrava em guerra contra a Alemanha (SIQUEIRA, In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, [s.d.]).

O trabalhador se diverte, líder de audiência. Raimundo era alinhado com João Goulart, o que também justificava sua contratação, uma vez que a nova Mayrink era aliada à política do então presidente. Jornais da época publicavam que o “verdadeiro comprador” das ações da Mayrink Veiga, que se escondia atrás de Leuzzi, era Leonel Brizola, como “primeiro passo na conquista da Guanabara”, por onde seria candidato (ÚLTIMA HORA, jan. 1962, p. 3). A notícia era desmentida pelos políticos.

Pelo menos dois radialistas atuantes na época confirmaram essa hipótese: segundo Ademar Casé, a Mayrink foi comprada por Brizola para ajudar a promover o governo de João Goulart e divulgar um tipo de política sindical. Para Hélio Tys²⁴⁰, o grupo da família Leuzzi não possuía recursos suficientes para investir na emissora, facilitando a intervenção de Brizola, que teria passado a financiar a rádio. Isaac Zaltman, entretanto, afirma que, no Inquérito Policial Militar (IPM 709) realizado depois do golpe de 1964, representante das empresas do senador Miguel Leuzzi provou com documentos que Leonel Brizola apenas alugava regularmente horários na programação da Mayrink Veiga para veicular seus discursos. (MOREIRA, 1998, p. 63).

Na Mayrink Veiga, Brizola irradiava palestras e pronunciamentos políticos semanalmente. Nos jornais, estas participações eram amplamente divulgadas, em espaços comprados para propaganda. Algumas notas nos periódicos falavam em “sintonizar o patriotismo” (JORNAL DO BRASIL, ago. 1962, p. 3), outras anunciavam a rádio como uma forma de se comunicar com Brizola. O político gaúcho

240 Jornalista e radialista, produtor da Rádio Globo por três décadas.

elegeu-se deputado federal pela Guanabara em 1962, com 245 mil votos, “uma vitória estupenda, fora dos padrões da época” (MOREIRA, 1998, p. 63). Após as eleições, em 10 de outubro de 1962, o *Jornal do Brasil* noticiou um fato curioso: muitos votos para Leonel Brizola quase foram anulados por erro na grafia do nome do político, mas o voto foi validado devido ao número correto, 512, preenchido na cédula. Isso porque, segundo o jornal, muita gente escreveu “Manoel” para denominar o candidato eleito. A explicação para isto é a sonoridade do nome, que é parecida com “Leonel”. Como parte da população carioca não estava familiarizada com o político, entenderam “os presidentes [dos tribunais eleitorais] que os eleitores que assim precederam devem ser ouvintes de rádio”, mostrando a força das aparições de Brizola na Mayrink (*JORNAL DO BRASIL*, 10 out. 1962, p. 4).

A campanha política da Mayrink acabou desagradando o lado ideológico oposto, liderado, entre outros, pelo então governador Carlos Lacerda – que trabalhara como comentarista diário na emissora no final da década de 1940. Segundo Brandalise e Harres (2015, p. 181), a ida de Brizola para o estado da Guanabara foi uma estratégia do PTB para se fortalecer contra a UDN em uma futura disputa à presidência da República. Conforme pesquisa realizada pelo *Jornal do Brasil* (jun. 1962, p. 3) sobre as preferências populares dos cariocas para uma eventual eleição à presidência, Brizola aparecia na primeira colocação geral de intenções de voto, com 27%, contra 22% do ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira e 20% do então governador da Guanabara, Carlos Lacerda.

Em 14 de setembro de 1962, o exército da Guanabara, cumprindo ordens de Lacerda, invadiu a rádio para levar o diretor Raimundo Nobre de Almeida até a Divisão de Polícia Política e Social (DPSS), com alegações de que a Mayrink havia infringido a lei eleitoral, fazendo propaganda para candidatos. O Exército interferiu na ação após telefonema de Nobre

e as tropas nacionais permaneceram na porta da Mayrink, impedindo qualquer sanção do governo estadual.

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Guanabara, desembargador Homero Pinho, solicitou ontem ao procurador regional eleitoral, sr. Eduardo Bahouth, enérgicas providências para impedir a presença de forças do Exército à porta da Rádio Mayrink Veiga, por entender que isso constitui “intervenção federal de fato” no estado. O procurador decidiu acompanhar pessoalmente o inquérito policial instaurado por ordem do TRE, para apurar responsabilidade no episódio ocorrido na rádio na noite de sexta-feira, quando o Exército impediu a ação de dois policiais incumbidos de convidar o diretor do Departamento Jornalístico da emissora a comparecer à DPPS [...]. O sr. Leonel Brizola representará, hoje, no Tribunal Regional da Guanabara, contra o governador daquele estado, porque, segundo o governador gaúcho, o sr. Carlos Lacerda “está intervindo no pleito eleitoral, através da interferência policial”. (JORNAL DO BRASIL, 19 set. 1962, p. 4).

Em junho de 1963, Raimundo de Almeida deixou a Mayrink para voltar para a Rádio Mauá, nomeado para o cargo de diretor presidente por João Goulart (MOREIRA, 1998. P. 64). A rivalidade de Carlos Lacerda com a Mayrink durou até 1964, quando o político voltou aos microfones da rádio para defender a ditadura militar em novos programas que mantinham a emissora no ar. Naquele momento, a Mayrink foi utilizada para difundir as políticas do novo governo, sendo esse “o único caminho de sobrevivência para a rádio: uma guinada radical na programação política e informativa para manter-se no ar e superar o momento de mudanças do quadro político brasileiro” (MOREIRA, 1998. P. 64).

Ainda em 1962, a Mayrink Veiga começou a irradiar o programa *Repórter Petrobrás*, noticiário que tentava concorrer com o *Repórter Esso*, e que era transmitido simultaneamente em outras três emissoras: Rádio Gaúcha, no Rio Grande do Sul; Rádio Nacional, em Brasília; e Rádio Piratininga, em São Paulo (ÚLTIMA HORA, 8 set. 1962, p. 5). O programa apresentado pelo locutor Ewerton Côrrea era irradiado em cinco horários diários de segunda a sábado – 7h59, 12h54, 18h59, 20h24 e 22h04 – e aos domingos em dois – 12h54 e 20h24. Em cerca de três meses, o noticiário era, conforme pesquisa Ibope divulgada pela própria Mayrink nos jornais, o segundo programa do gênero em audiência no Rio de Janeiro, que contava com outros informativos, como *Repórter Esso*, na Nacional; *Jornal do Brasil Informa*, na Rádio Jornal do Brasil; e *Globo no Ar*, na Rádio Globo.

O *Repórter Petrobrás* foi motivo de acusações de corrupção por parte de Carlos Lacerda. O político denunciava que a emissora carioca era “financiada pela Petrobrás, que, em vez de refinar petróleo, vem refinando diariamente mentiras” (JORNAL DO BRASIL, 11 jun. 1963, p. 5), e continuava: “[...] aquilo que já foi gasto na Mayrink daria para perfurar e manter em funcionamento um poço de petróleo produtivo” (JORNAL DO BRASIL, 25 jul. 1963, p. 4). Carlos Lacerda afirmava que a Petrobrás se constituía na “maior empresa de corrupção política do Brasil” (JORNAL DO BRASIL, 15 ago. 1963, p. 4), e as denúncias acarretaram a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) a respeito. O relatório da CPI, divulgado nos primeiros meses da Ditadura Militar, apontava que a estatal utilizava dinheiro para “enaltecer a política subversiva” e afirmava que a Mayrink Veiga recebia “Cr\$ 1,2 milhão mensalmente apenas pelo programa *Repórter Petrobrás*, já que outros recibos em importâncias menores referiam-se a outras divulgações” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 16 jun. 1964. p. 2).

Cassação da outorga e fim da emissora

Em 1961, após a renúncia do presidente Jânio Quadros, o Brasil mergulhou numa grave crise institucional. O vice-presidente eleito, João Goulart, de acordo com a Constituição de 1946, tinha a prerrogativa legal de assumir o cargo, mas ele estava em uma viagem oficial na China e sua posse não se concretizou, pelo menos naquele momento (TAVARES, 2015, p. 5). A posse de Jango, político com extensa tradição trabalhista, gerava alegações de ameaça à ordem e às instituições e sofreu oposição de militares e adversários políticos. “Os fatos daquele mês de agosto indicaram que os militares pareciam não acreditar mais nas alternativas civis, ensaiando o golpe desfechado em 1964” (FERRARETTO, 2007a, p. 145). Em defesa do cumprimento da Constituição, Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, articulou a resistência para a posse de Goulart. Em Porto Alegre, o governador gaúcho iniciou uma campanha de alcance nacional por meio de uma cadeia radiofônica: a Rede da Legalidade, transmitida do Palácio do Piratini com equipamentos encampados da Rádio Guaíba (FERRARETTO, 2007, p. 145). Deu certo; quando Jango retornou ao país, assumiu a presidência.

Dois anos depois, em 1963, com a instabilidade de Jango no poder e pela defesa de reformas sociais, Brizola utilizou-se da experiência que havia tido em 1961 e novamente recorreu à “força do rádio” (TAVARES, 2015, p. 2), tentando recriar uma cadeia de resistência: a Rede do Esclarecimento.

A expectativa do líder trabalhista parecia girar em torno da promoção de uma sociedade civil ativa através de uma rede de organizações voluntárias, mas por ele fortemente motivadas e direcionadas. A experiência intensa da mobilização popular espontânea capitaneada

por Brizola no ano de 1961, por ocasião do Movimento da Legalidade no estado do Rio Grande do Sul, tinha sido marcante e uma abertura de horizontes no exercício da liderança – o deputado federal parece ter apostado na possibilidade de reproduzir em escala nacional tal fenômeno. (BRANDALISE; HASSER, 2014, p. 173-174).

A Mayrink era a líder desta nova cadeia radiofônica, pela qual Brizola tentava “institucionalizar seus adeptos” (SKIDMORE, 1982, p. 341) e comunicava as ações para as células políticas. A Rede do Esclarecimento não se resumia ao rádio, havendo outras duas frentes: o jornal *O Panfleto*²⁴¹, mantido por Brizola, e uma mobilização popular denominada de Grupos dos Onze Companheiros. O grupo era composto por qualquer cidadão que quisesse participar da rede organizada por Brizola. Para isto, um formulário com a localização e os nomes dos inscritos deveria ser preenchido e enviado para a Mayrink Veiga, só podendo conter 11 participantes por grupo – entre eles, “um capitão ou comandante da equipe”, como era descrito na Cartilha dos Grupos dos Onze (apud LEITE FILHO, 2008, p. 253), para manter a metáfora futebolística que inspirou o nome da mobilização. A formação dos grupos não era “e aparentemente nem deveria ser” vinculada oficialmente ao PTB, obedecendo, antes, a estratégias de poder para Brizola, em uma “manobra de autofortalecimento pessoal e de seus correligionários mais próximos” (BRANDALISE; HARRER, 2014, p. 184). No momento de fundação de cada um desses grupos, elaborava-se uma ata onde ficavam registrados os nomes e endereços dos membros, “recurso que, por fim, facilitou a brutal perseguição política posteriormente efetuada pelo regime militar” (BRANDALISE,

241 O jornal circulou de 17 de fevereiro de 1964 até 30 de março, “totalizando 41 dias de atividade e sete edições publicadas” (PAULO, 2016, p. 60).

HARRER, 2014, p. 185). Para Thomas Skidmore, um dos primeiros a historiografar o movimento, a organização de Brizola em torno da Rede do Esclarecimento, das células políticas e do jornal *O Panfleto*, era de organizar sua própria máquina popular em favor de medidas radicais:

Fortalecido pelo rádio e pelo periódico de sua propriedade, Brizola tinha um público maior para os seus apelos insistentes em favor de medidas radicais (moratória da dívida externa, Assembleia Constituinte em vez do Congresso) junto ao seu cunhado presidente [*João Goulart*]. Ao mesmo tempo, podia transmitir instruções e exortações aos “grupos dos onze”, que o Panfleto garantia haver de alcançar a anunciada meta de 100.000 em junho. Essas tentativas de organizar sua própria máquina refletiam a ideia de Brizola de que, como San Tiago Dantas²⁴², não podia confiar no presidente, que não haveria de adotar, por certo, a sua política. (SKIDMORE, 1982, p. 341)

A frente de mobilização brizolista contava com “sete funcionários na tarefa de receber cartas, que são inúmeras, e respondê-las” (JORNAL DO BRASIL, 23 jan. 1964, p. 4). De acordo com o próprio líder petebista, em um dos pronunciamentos na Mayrink, os grupos eram uma:

Organização popular para atuar, para agir, para lutar. Não para tomar chá. Essas unidades irão atuar e se reunir não para tomar chá ou para fazer crochê. Não. Exatamente com o propósito de defender as conquistas democráticas do nosso povo e avançar. Pela realização de uma democracia autêntica. Pela realização imediata das reformas e pela conquista de nossa libertação. Se

242 Ministro da Fazenda do governo de João Goulart

pretenderem golpear as nossas liberdades, as nossas conquistas democráticas, não tenham dúvida. A luta vai sair! Vai haver luta! (aplausos) (Fundo BR APERJ DOPS/GB CX 2 fita 4, apud PAULO, 2016, p. 53)²⁴³.

Os participantes dos Grupos dos Onze deveriam ouvir as intervenções de Brizola na Rádio Mayrink Veiga e, a partir daí, fundamentar sua atuação. O *Jornal do Brasil* noticiou, em 23 de janeiro de 1964, como funcionaria o informativo impresso da frente de mobilização promovida por Brizola que se organizava “pela defesa das conquistas democráticas, pelas reformas imediatas e pela libertação nacional”:

Leonel Brizola e seus companheiros da Frente de Mobilização Popular mandaram imprimir 100 mil boletins para os Grupos dos Onze Companheiros, que são distribuídos por todo o país. Trata-se de um folheto anunciando que “aproximamo-nos deste período cruel que se iniciou desde o fim da última guerra”. (JORNAL DO BRASIL, 23 jan. 1964, p. 4).

Brizola dominava a oratória e sabia como atingir e se aproximar do público através da informalidade nos microfones. Além disso, os discursos na Mayrink eram pontuados por aplausos de apoiadores que eram convidados para irem ao estúdio.

No primeiro dia da Ditadura Militar, em 1º de abril, o exército ocupou as rádios Nacional e Mayrink Veiga e interrompeu as irradiações. A repressão era em virtude das atuações políticas que as emissoras

243 Transcrição de Diego Dória Paulo (2016) de uma das cinco fitas cassete com registros sonoros de Brizola na Rádio Mayrink Veiga, arquivados pelo Departamento de Ordem Política Social (DOPS) do Estado da Guanabara e que se encontram aos cuidados do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

faziam nos últimos meses de governo. “O ex-governador gaúcho usava o microfone da Mayrink para suas pregações políticas. Os militares não esqueceriam isto”. (FERRARETTO, 2007a, p. 150).

A Rádio Nacional do Rio de Janeiro e a Rádio Mayrink Veiga foram ocupadas ontem, às 16 horas, por tropas do exército, substituindo os fuzileiros navais que durante todo o dia ocuparam as instalações daquelas emissoras. O sr. Hemelício Fróes²⁴⁴ e outros membros da diretoria da Rádio Nacional retiraram-se apressadamente, logo que pressentiram a aproximação dos soldados. Duas válvulas de transmissão foram quebradas, além de outras danificações nas instalações. A ocupação foi feita de surpresa, tendo o oficial que comandava a operação chegado a uma das emissoras quando ainda eram transmitidas notícias e apelos de resistência ao que chamavam de “golpe contra a legalidade”. A Mayrink Veiga teve sua porta trancada e seus transmissores desligados até segunda ordem. Seu diretor, sr. Miguel Leuzzi, estava desaparecido, segundo informações de funcionários da rádio. Funcionários da Rádio Nacional disseram que o sr. Hermilício Fróes, antes de abandonar o seu posto, determinou que fossem danificadas suas instalações, a fim de impedir que a emissora fosse ao ar nas próximas horas. (JORNAL DO BRASIL, 2 abr. 1964, p. 2).

Os militares vasculharam as gavetas do prédio da Mayrink Veiga e diversos arquivos foram apreendidos, entre os quais cartas dos Grupos dos Onze identificando integrantes que passaram a ser perseguidos por serem considerados subversivos.

244 Então diretor da Nacional e presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Rádio e Televisão do Rio de Janeiro.

A Divisão de Polícia Política e Social, examinando o material apreendido na Rádio Mayrink Veiga, encontrou ontem diversas cartas recebidas pelo ex-deputado Leonel Brizola dos chamados Grupos dos Onze, os quais, além de informar sua composição, solicitavam instruções e material para entrar em ação. (JORNAL DO BRASIL, 28 abril 1964, p. 5).

No dia 4 de abril, a Mayrink voltou ao ar com permissão de transmitir, “até segunda ordem”, apenas música, notas oficiais do governo e futebol. Um grupo de funcionários, chefiado pelo locutor esportivo Oduvaldo Cozzi, foi escalado pelos militares para administrar a emissora.

A Rádio Mayrink Veiga, que está virtualmente chefiada pelo locutor Oduvaldo Cozzi, deixou de irradiar seus jornais falados e demais programas de estúdio. As portas dos diversos departamentos da emissora continuam lacradas. (CORREIO DA MANHÃ, 11 abril 1964, p. 6).

Programas humorísticos e de auditório tiveram permissão para irradiar, ainda que sob censura, no final de abril. Conforme Moreira (1998, p. 69), “a Mayrink alterou radicalmente sua forma de envolvimento político, adaptando a programação à nova realidade do país”. O adversário de Brizola, Carlos Lacerda, foi um dos políticos que passaram a ocupar os microfones da emissora nesta nova fase.

Em 28 de julho de 1965, o governo federal decidiu fechar a Mayrink. O decreto foi publicado no *Diário Oficial da União* e considerava caduca a autorização de funcionamento da emissora “em ondas longas e curtas, com base no Art.16, alínea L, do decreto nº 21.111, que prescreve a intransferibilidade direta ou indireta da concessão” (JORNAL DO

BRASIL, 28 jul. 1965, p. 11). Cabe lembrar que, conforme Lia Calabre (In: BOLAÑO; BRITTOS, 2005, p. 294), a Rádio Globo recorreu à justiça, em 1962, tentando o fechamento da Mayrink:

Traduzindo: o governo militar não queria a Mayrink no ar e, para isto, resgatou uma lei do período Vargas, alegando irregularidades na operação de transferência da Rádio pelos Mayrink Veiga ao grupo Leuzzi. O texto legal que os militares usaram como base continha inúmeras distorções, entre elas a que permitia ao governo federal declarar como vencida qualquer concessão para exploração dos serviços de radiodifusão, ao mesmo tempo que desobrigava-se de qualquer indenização ao concessionário atingido. (MOREIRA, 1998, p. 71).

Conforme Estácio Brugger Lacerda (apud MOREIRA, 1998, p. 71), um dos diretores da rádio até a sua extinção:

O senador Leuzzi não cumpriu com todas as suas obrigações legais, o que deu margem à Rádio Globo, através do sr. Roberto Marinho, de recorrer à justiça para o seu fechamento. O interesse da Globo justificava-se pelo fato de que, na época, possuía frequência *emprestada*²⁴⁵ do Chile, a qual estava sendo requisitada. Portanto, possuir a frequência da Mayrink Veiga lhe traria a segurança de transmissão.

Por meio do Conselho Nacional de Telecomunicações (Contel), a Mayrink conseguiu recorrer da decisão governamental e voltou ao ar oito dias depois, de forma provisória, por mais três meses. Pesou

245 Grifo da autora.

para a decisão o fato de que a emissora tinha mais de mil funcionários, que temiam o desemprego. Neste período, uma junta governativa foi escolhida pelos militares para administrar a rádio.

Sem festas ou foguetes, apenas entre os sorrisos de seus funcionários, a Mayrink Veiga voltou ao ar, ontem, a partir das 20 horas, oito dias após a cassação de seus canais pelo Conselho Nacional de Telecomunicações. O primeiro programa da emissora foi de esportes, apresentado por Oduvaldo Cozzi, logo depois do Hino da Mayrink Veiga, que acompanha sua programação há mais de 29 anos e que deverá continuar somente por mais 90 dias, quando terminará o prazo dado pelo Contel. A partir de ontem, a emissora passou a ser administrada por uma junta governativa [...]. Os programas da Mayrink Veiga, anteriores à cassação de seus canais, serão mantidos até seu fechamento definitivo. O presidente do Contel, capitão Euclides Quandt de Oliveira, expediu nota autorizando que as frequências da Mayrink sejam operadas pelo prazo de três meses, a contar da presente portaria e revelando os nomes dos membros da junta governativa. Através de uma série de considerações, o Contel explica a situação da emissora e o motivo da autorização (“quando há interesse público na continuação dos serviços”). O interesse público, no caso, se filia ao interesse social, “de possibilitar aos trabalhadores um prazo razoável que reduza os prejuízos do fechamento da rádio”.

– Consideramos os apelos formulados pelos funcionários da emissora, através da sua federação e do seu sindicato, no sentido de ser concedido um prazo mínimo a fim de que aqueles empregados pudessem encontrar novas colocações – frisa a nota do capitão Quandt. (JORNAL DO BRASIL, 6 ago. 1965, p. 10).

A medida provisória acabou e, em 3 de novembro de 1965, a rádio teve seus transmissores lacrados. O último programa transmitido foi o humorístico *Alarico Malasorte* (JORNAL DO BRASIL, 4 nov.1965, p. 16). Conforme Norma Hauer, as últimas palavras irradiadas ao ar foram de Isaac Zaltman, às 20h43: “Senhoras e senhores, por determinação superior, a Rádio Mayrink Veiga sai do ar neste momento. Boa noite. Até a próxima” (HAUER, 2011, p. 132). Miguel Leuzzi recorreu à decisão no Supremo Tribunal Federal, mas, por oito votos a dois, o pedido de anulação da cassação da outorga foi negado, no dia 3 de junho de 1966, encerrando por definitivo a história da Mayrink.

Segundo Moreira (1998, p. 71), “muitos arquivos – sonoros, **scripts** de programas e administrativos – foram perdidos” após o fechamento definitivo da Mayrink. A parte salva foi doada ao Arquivo Nacional pela Sociedade Anônima de Engenheiros e Economistas Consultores, que comprou o local onde funcionou os transmissores da emissora. No início do século 21, segundo Sônia Virgínia Moreira (2002-2003, p. 47), o prédio da Mayrink Veiga, uma das mais importantes rádios do país, havia se transformado em “uma garagem totalmente depredada, sem portas, janelas sem vidros, sem pintura, lâmpadas ou qualquer tipo de cuidado”.

Considerações finais

Mesmo que a alegação para a cassação da outorga tenha sido por irregularidades na operação de transferência pela família Mayrink Veiga ao grupo de Miguel Leuzzi, é imprescindível traçar a articulação de Leonel Brizola em torno da Mayrink como motivo político para o fechamento e eliminação da emissora pelos militares.

Apesar de jornais da época publicarem que o “verdadeiro comprador” das ações da Mayrink Veiga era Leonel Brizola (que se escondia por trás do aliado Leuzzi), a informação era desmentida pelos políticos, alegando que Brizola alugava espaços da emissora para irradiação de seus programas. De qualquer forma, o petebista gaúcho utilizava-se da emissora para articulação política – tanto para alcançar a candidatura de deputado federal pela Guanabara, quanto para organização de células políticas com a Rede do Esclarecimento –, o que desagradou os adversários políticos e os militares que tomariam o poder. E, por essa explicação, a Mayrink foi uma das primeiras vítimas do regime militar, sendo invadida na tarde de 1º de abril de 1964.

Conforme aponta Márcio Nascimento (2002, p. 139), com a cassação da outorga em 1965, houve um sistemático processo de destruição do acervo da emissora, criando-se um lapso na história da Mayrink e do rádio brasileiro. Da crise nos anos 1940 à venda das ações e o uso político na década de 1960, objetivou-se com esta reflexão traçar um mapeamento de acontecimentos políticos e econômicos que acarretou no desfecho da emissora. Acredita-se, no entanto, que ainda há muitas lacunas abertas e diferentes abordagens que ainda podem ser investigadas em pesquisas futuras, dada a importância desta emissora carioca na história do rádio brasileiro.

Referências bibliográficas

- A NOVA fase da Rádio Mayrink Veiga. **Fon-Fon**, Rio de Janeiro, p. 44, 25 jun. 1949.
- A PETROBRÁS. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 15 ago. 1963. p. 4.
- BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques. Os Comandos Nacionalistas: estratégias de Leonel de Moura Brizola. In: DELGADO, Lucilia de Almeida

- Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org). **História do Tempo presente**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2014. p. 173-193.
- BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques. Brizola e os comunistas: os Comandos Nacionalistas na conjuntura do golpe civil-militar de 1964. **Antíteses**, Londrina: Universidade Estadual de Londrina, v. 8, n. 15esp, p. 178-202, nov. 2015.
- A TV-MAYRINK Veiga. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 9 dez. 1960. p. 3.
- BRIZOLA. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12 ago. 1962. p. 3.
- BRIZOLA. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12 ago. 1962. p. 3.
- BRIZOLA passa a liderar preferência dos cariocas, ultrapassando Juscelino. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 15 de jun. 1962. Caderno Especial, p. 3.
- CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Miguel Leuzzi**. Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/leuzzi-miguel>>. Acesso em: 13 nov. 2018.
- CÉSAR Ladeira em Lisboa. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 28 out. 1948. p. 8.
- CONVITE. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 26 jul. 1958. p. 8.
- DESTINO. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 30 jan. 1949. p. 8.
- EXÉRCITO ocupa a Nacional que sofreu vários danos e tira a Mayrink Veiga do ar. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 2 abril 1964. p. 2.
- FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio – O veículo, a história e a técnica**. 3.ed. Porto Alegre: Doravante, 2007a.
- FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio e capitalismo no Rio Grande do Sul: as emissoras comerciais e suas estratégias de programação na segunda metade do século 20**. Canoas: Editora da Ulbra, 2007b.
- GRUPO dos Onze. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 jan. 1964. p. 4.
- LACERDA repta o JB e faz denúncias em lançamento de livro. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 11 jun. 1963. p. 5.
- LEITE FILHO, Francisco das Chagas. **El Caudilho: Leonel Brizola, um perfil biográfico**. São Paulo: Aquariana, 2008.

- “LISTÃO” da Petrobrás envolve mais de 2 mil. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 16 jun. 1964. p. 2.
- MANÉ Brizola. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 10 out. 1962. p. 4.
- MOREIRA, Sonia Virgínia. **O rádio no Brasil**: Rio Fundo, 1991.
- MOREIRA, Sonia Virgínia. **Rádio palanque**. Rio de Janeiro: Mil Palavras, 1998.
- MOREIRA, Sonia Virgínia. A porção carioca do rádio brasileiro. **Revista USP**, São Paulo: Universidade de São Paulo, dez. 2002-jan.-fev. 2003, p. 42-47.
- NASCIMENTO, Marcio. **PRA-9 Rádio Mayrink Veiga**: um lapso de memória na história do rádio brasileiro. Rio de Janeiro: Litteris, 2002.
- O JANTAR das celebridades. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro. 30 jul. 1960. p. 2.
- PAULO, Diego Martins Dória. **Leonel Brizola e a Rede do Esclarecimento (1963-1964)**. Dissertação (mestrado em História) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Rio de Janeiro, 2016.
- PINHO pede energia para retirar o exército da Rádio Mayrink. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 19 set. 1962. p. 4.
- POLÍCIA examina cartas recebidas por Brizola. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 28 abril 1964. p. 5.
- PROCESSADO César Ladeira. **Diário da Noite**, Rio de Janeiro, 26 jan. 1952. p. 2.
- RÁDIO e Imprensa. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 25 jul. 1963. p. 4.
- RÁDIO Televisão do Brasil S.A. Aos seus acionistas e ao público. **Diário da Noite**, Rio de Janeiro, 19 abril 1950. p. 5.
- REPÓRTER Petrobrás. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 4 jan. 1962. p. 3.
- REPÓRTER Petrobrás. Última Hora, Rio de Janeiro, 8 de set. 1962. p. 5.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil, de Getúlio Vargas a Castelo**. 7.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SIQUEIRA, Carla. Rádio Mauá. In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil**.

- Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/radio-maua>. Acesso em 15 nov. 2018.
- STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. p. 51-61.
- TAVARES, Tânia dos Santos. Grupo dos Onze: a esquerda brizolista (1963-1964). In: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, jul. 2015, Florianópolis-SC. **Anais...** Florianópolis, 2015. 15p.
- TELEVISÃO Mayrink será “porta-aviões” na Lagoa R. Freitas. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 9 de jun. 1957. p. 1.
- UMAS e outras. Última Hora, Rio de Janeiro, 29 jan. 1962. p. 3.